

Goa Passado e Presente

(coord.) Artur Teodoro de Matos e João Teles e Cunha, 2 tomos, Lisboa, 2012.

ISBN 978-972-9045-31-8

O *Indianismo* do princípio do século XX – o movimento de redescoberta da identidade indiana dos goeses

Joana Passos – Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho

Após um primeiro período de consolidação da literatura goesa em português – considerando a existência de uma escrita laica e amena publicada regularmente desde 1840 nos jornais literários e nos almanaques, a segunda geração de autores goeses, activa no princípio do século XX, revela um novo paradigma ao nível do culto da poesia, o qual se caracteriza por uma assumida identificação afectiva e cultural com a Índia, razão pela qual se consideram estes autores *poetas indianistas*.

As características que definem um mais amplo *movimento indianista* - que reúne parte da obra deste poetas e algumas publicações periódicas como as revistas *Luz do Oriente* (1907-1920), *A Revista da Índia* (1913-1914) e o jornal *Índia Nova* (1928-1929) - prendem-se não só com o recurso a temas, motivos, figuras históricas, deuses, símbolos e referências culturais indianas, mas também com uma possível intenção de intervenção política nacionalista, declaradamente pró-indiana ou tão só de alteridade em relação a Portugal. Em termos de impacto, o *movimento indianista* contribuiu para, através de uma intervenção cultural, se reclamar visibilidade pública para uma identidade goesa oriental. Esta tendência *indianista* na vida cultural de Goa foi marcante no período que vai sensivelmente de 1900 a 1930.

A redescoberta literária da componente indiana na identidade culturalmente híbrida de Goa não escapará à projecção de um certo exotismo literário de teor orientalista, apenas contido pelas composições mais herméticas, por exemplo do poeta Paulino Dias. Por outro lado, o perfil *indianista* acima delineado constitui uma comum matriz criativa e estética, independente do facto de estes autores terem desenvolvido posteriormente afiliações políticas diversas e até opostas. São as afinidades ao nível da escrita que justificam uma reflexão comparativa sobre a obra de um pequeno conjunto de poetas goeses, contemporâneos entre si e também dos projectos editoriais referidos. Abordaremos portanto um espólio poético de teor *indianista* composto por autores como

Cristóvão Aires (1853-1930), Mariano Gracias (1871-1931), Nascimento Mendonça (1884-1926) e Paulino Dias (1874-1919).

Joana Passos é investigadora auxiliar no CEHUM, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho. Doutorou-se na Universidade de Utrecht, Holanda (2003), com uma tese sobre estudos pós-coloniais e feministas. A sua formação de base é em literaturas inglesa e portuguesa e o seu projecto de pós-doutoramento, no CEHUM, focou-se em Goa. Actualmente é investigadora auxiliar ao abrigo do projecto Ciência 2008 da FCT.

Depois de um longo período de invisibilidade, e em parte como consequência da afirmação dos estudos pós-coloniais como paradigma crítico nas academias do ocidente, reconhece-se a integridade de sistemas literários que se formaram durante o período colonial, numa convivência agressivamente imposta com uma língua estrangeira, no caso de Goa, com a língua portuguesa. Mas antes da consolidação dos estudos pós-coloniais, num período colonial ou ainda de ressaca em relação à descolonização, a chamada literatura “indo-portuguesa” era concebida em Portugal sobretudo como eco e extensão da literatura portuguesa, e não como sistema literário autónomo, com expressão e identidade próprias. Pelo contrário, hoje em dia considera-se que pensar a literatura goesa em português é recuperar um sistema literário particular, local, que efectivamente floresceu durante o período colonial. Não quer isto dizer que se deva então limitar o campo de investigação que se debruça sobre Goa à procura nostálgica da assimilação de influências portuguesas, estratégia que só poderia produzir conhecimento parcial e de utilidade problemática. Em alternativa, na era da globalização e à luz de um pensamento pós-colonial em rotura com uma visão eurocêntrica e normativa de padrões estéticos e literários, pretende-se antes um conhecimento da literatura goesa como objecto autónomo, passível de ser integrado numa plataforma comparativa que amplifica o impacto deste sistema literário local para campos de recepção intra-nacional (dentro da União Indiana), a par de outras literaturas indianas, ou de recepção internacional, por exemplo em paralelo com outras literaturas de língua portuguesa, por exemplo do Índico (Moçambique), de Timor, de Portugal ou do Brasil. Ao demarcar desta forma a literatura goesa em português de uma dependência identitária em relação a Portugal estamos a

fazer o mesmo que defender que a literatura Sul Africana é isso mesmo, Sul Africana, e não anglo-africana, nem a literatura nacional moçambicana é meramente afro-portuguesa. O que torna dúbio o estatuto da literatura goesa em português é que a língua portuguesa não se manteve como língua oficial em Goa e por isso a autonomia cultural deste sistema indiano em português parece hoje invisível e em dissolução, tanto mais que até recentemente a herança cultural de Goa e a sua componente portuguesa/ocidental eram estudos esquecidos, apesar de sempre se reconhecer uma certa diferença cultural do estado de Goa. Em 2012, cinquenta anos depois da Libertação de Goa, tratar o espólio herdado de um regime colonial parece ser bem mais pacífico, o que só revela a maturidade de um processo político e social relativo à inserção da sociedade goesa na União Indiana. No entanto, e apesar de se conceber de forma autónoma a literatura goesa em questão, devemos ter igualmente presente que esta é afinal uma herança cultural marcada por um contexto colonial no momento da sua produção, pelo menos até 1961. Daí para a frente outras são as questões a ponderar, mas neste ensaio abordar-se um conjunto de poetas do princípio do século XX, que constituem a segunda geração de autores nesse sistema literário local em língua portuguesa, e que escreviam enquadrados por um contexto de colonização. Torna-se agora necessário explicitar balizas temporais para se compreender a referida designação de “segunda geração”. Não se pode considerar que existisse um sistema literário em Goa antes da existência de uma escrita laica e amena, apoiada num regime de circulação da imprensa para a sua difusão e circulação. Isto porque não havia na Goa ocupada pelos portugueses uma corte residente que alimentasse um círculo intelectual e artístico, como aconteceu por exemplo, com o aparecimento das literaturas medievais da Europa ou dos vários sultanatos e impérios da Índia. Por isso, a escrita em língua portuguesa dos séculos XVI, XVII e XVIII foi produto da acção de evangelização católica, da necessidade de produzir relatórios administrativos e da sábia elaboração de tratados sobre as mercadorias e povos da Índia. Será justo acrescentar que rara e extraordinária é a elegância da escrita não só de padres e frades, que assinam muitos dos textos desta época, mas mesmo de capitães e burocratas. Escrevia-se com tempo e cuidado, e para o apreciador de literatura é mais do que merecida esta respeitosa menção. Mas o que o crítico literário muitas vezes procura é precisamente o texto como arte criativa, como objecto de lazer e de requintado convívio

social e como instrumento formativo a que pode e deve subjazer profundidade filosófica e invocação de conhecimentos. Por isso o estudo dos grandes autores era tão importante entre os aristocratas até ao século XIX, pois pressupunha refinamento intelectual e mundano. Este tipo de escrita literária, reflectindo interesses culturais e a procura de um refinado lazer, aparece em Goa de uma forma relativamente sistemática e contínua só no século XIX. A primeira publicação periódica em língua portuguesa, em Goa, foi a *Gazeta de Goa* (1821-1826), mas demoraria algumas décadas até que, em função do sucesso dos almanaques e da moda dos folhetins, a produção local de poesia e ficção tomasse maior fôlego, ainda que em moldes humildes. Assim, a primeira geração de autores goeses – aquela que fundou um sistema literário e criou hábitos de leitura entre o público goês – terá sido a do poeta que colaborava em várias publicações periódicas, arriscava escrever um conto ou um folhetim, mas que deixou obra dispersa, sem compilação em antologia. Já a segunda geração de poetas goeses, activa desde finais do século XIX até ao advento do Estado Novo, teve outra envergadura. É esta geração que nos propomos abordar.

Convém agora recordar que a literatura goesa é, à partida, uma literatura poliglota, em concani, inglês e português, e, pelo menos no século XIX, era igualmente pertinente a imprensa em marata que circulava em Goa. Qual o lugar da língua portuguesa neste herança múltipla? Um lugar parcial, conotado com memórias da ocupação, mas também língua reclamada e apropriada por uma parte da população local que se revê/revia nessa língua.

Uma outra barreira que circunscreveu o impacto da literatura goesa em português diz respeito à sua conotação em termos de classe social. Mesmo sendo de cariz popular e de lazer, esta escrita deu a conhecer uma certa vivência de elite, cosmopolita e poliglota, que não deveria ser muito popular junto dos regimes comunistas que sucederam ao período colonial. De qualquer forma, e este é um dado muito interessante para o leitor contemporâneo, ao escrever, esta elite mais culta teve, inevitavelmente, de reflectir sobre a assimilação de influências culturais ocidentais ou indianas. Optamos pelo termo “ocidental” (mais geral e amplo no referente europeu que invoca) porque há na crítica pós-colonial uma tendência até certo ponto compreensível para fazer corresponder às influências de movimentos estéticos do ocidente, como por exemplo o romantismo ou o modernismo, uma imediata influência do respectivo colonizador, neste caso português,

quando isto não é necessariamente verdade. Esta influência existiu sim, mas o impacto das literaturas francesa e inglesa é igualmente omnipresente. Podemos verificá-lo em termos de citação, de referências e até nas tentativas de crítica literária que então se publicaram. Sublinhamos a propósito que por exemplo na *Ilustração Goana* (1864-1866), publicação de referência na consolidação de um sistema literário goês em português, na rubrica “bosquejos literários”, se discutem as literaturas francesa, inglesa e italiana enquanto que absolutamente nada é dito sobre literatura portuguesa, atitude que revela um deliberado distanciamento da influência assimilativa da cultura portuguesa, diluindo-a na importação do que se fazia e lia na Europa. Este gesto assertivo, de auto-afirmação da literatura local em relação à influência portuguesa é aliás coerente com outras estratégias editoriais da *Ilustração Goana*, como por exemplo a publicação de biografias de goeses ilustres, clara promoção de personalidades locais.

Esta observação sobre influências culturais importadas do ocidente, e inegáveis na vida cultural da Goa de oitocentos, leva-nos a uma outra questão importante. É comum ler-se que a literatura goesa é uma literatura híbrida, mescla de influências e padrões estéticos do ocidente e do oriente. Ora poucas vezes nos estudos sobre literatura goesa se sublinha a amplitude desta noção tão calmamente tida como dado adquirido. Se a literatura goesa em português é híbrida, onde está a parte da influência indiana? Ou, dito de outra forma, onde é que a literatura goesa se afirma como uma literatura com voz própria para além da imitação dos padrões ideológicos e estéticos assimilados da influência portuguesa/ ocidental? A resposta a esta questão tem muitas facetas, uma das quais é certamente o movimento literário *indianista*, do princípio do século XX, patente na obra de um conjunto de poetas como Cristóvão Aires (1853-1930), Mariano Gracias (1871-1931), Nascimento Mendonça (1884-1926) e Paulino Dias (1874-1919), aos quais podemos juntar iniciativas como a revista *Luz do Oriente*¹ (1907-1920, revista mensal e a partir de 1921, jornal semanal, em português e marata) a *Revista da Índia* (1913-1914, 12 números) e o jornal *Índia Nova* (1828-1829, 6 números). De facto, quer as obras poéticas destes autores quer as publicações periódicas referidas materializaram uma redescoberta das raízes identitárias indianas por parte de autores goeses que optaram por escrever em

¹ Quero agradecer a Sandra Lobo a gentileza de me ter enviado as fotografias da revista *Luz do Oriente*, pois sem o seu colegial espírito de partilha não poderia ter incluído neste artigo esta importante componente do movimento *indianista* de Goa.

português. Este *indianismo* é detectável na escolha de temas a abordar, na invocação de motivos e referências orientais e na expressão de um discurso assertivo, orgulhoso da identidade indiana, com a qual se identifica a voz enunciativa do texto. Em diferentes secções deste artigo veremos alguns exemplos destas práticas nos poemas seleccionados, com o objectivo de mapear um verdadeiro movimento cultural que teve, para alguns destes autores, uma intenção de intervenção política, e que ainda é muito desconhecido em Portugal e na Índia.

Convém agora explicitar que embora os quatro poetas referidos se tenham alinhado num dado momento da sua actividade intelectual com os cânones de uma escrita *indianista* não terão partilhado das mesmas convicções políticas, nem conceberiam da mesma forma o projecto de independência de Goa. Existiram três alternativas: a libertação de Goa do regime colonial português e a sua integração na União Indiana, a autonomia (independência) do estado de Goa, a autonomia do estado de Goa num regime federal ligado a Portugal. Depois da Libertação de Goa, Damão e Diu, as antigas colónias portuguesas foram administradas por um breve governo militar, de transição, até se tornarem territórios da União Indiana em 1962, logo sob a alçada directa de Nova Delhi. Prepararam-se então eleições em Goa, que ocorreram em 1964. Com a vitória do MGP, Maharashtra Gomantak Party, Goa e Maharashtra fundem-se num único estado, enquanto que Damão e Diu são integrados no estado de Gujarat. Em Goa, sob a liderança do Dr. Jack Sequeira, o partido UGP, United Goans Party, que unia cristãos e elites hindus, consegue levar até Nova Delhi a sua oposição a este estado de coisas, alegando que Goa tinha uma identidade própria, e uma língua própria, o Konkani. Indira Gandhi aceita fazer um referendo, o que acontece em 1967. Os goeses votam a favor de manter Goa como estado independente, pelo que é de imediato separada do Maharashtra embora permaneça um território da União Indiana até 30 de Maio de 1987, data em que é reconhecida como o vigésimo quinto estado da União Indiana. Obviamente, existiram em Goa tantos partidos consoante as diferentes opções para este pequeno estado. Dever-se-á acrescentar a este complexo quadro político as divisões por casta, sobretudo ao nível das rivalidades entre brâmanes, chardós e descendentes, para além da clivagem entre as religiões católica e hindu. E mesmo dentro de um único partido, como no caso das ramificações goesas do Congresso Nacional Indiano, existiam facções mais extremistas,

(representadas por exemplo por T.B. da Cunha, que defendia a intervenção militar) e mais moderadas (como o Dr. Lohia, activista que promoveu manifestações pacíficas de desobediência civil). Estudar a literatura goesa em português implica reconhecer este quadro social multifacetado² em toda a sua complexidade política, com diferentes afiliações identitárias. No entanto, acrescentaria que não se pode sobrepor afiliação política a qualidade estética, confundindo activismo e obra política com a real qualidade intelectual e artística das obras que se produzem. Uma coisa é qualidade literária do autor, que é o que justifica que séculos depois ainda se leiam os clássicos, seja Homero, Shakespeare, Kalidas, Govinda ou Camões, outra, distinta, é a postura política e social do cidadão, e tanto extremistas de esquerda como extremistas de direita poderão, em diferentes momentos históricos, contar entre os seus apoiantes alguns autores de referência.

Qualquer dos quatro poetas considerados neste ensaio escreveram poesia *indianista*, embora um deles se identificasse com inclinações políticas que nada tinham a ver com o nacionalismo indiano. Assim, não deve surpreender o leitor a inclusão, num espólio *indianista* - o qual frequentemente teve um sério cariz nacionalista - de um poeta como Cristóvão Aires (1853-1930), que viria a ser Coronel de Cavalaria no Exército Português, deputado³ na Assembleia Portuguesa, Governador Civil de Bragança e de Coimbra e Membro da Academia das Ciências de Lisboa, percurso profissional que revela claras afiliações a uma identidade portuguesa. Em termos de percurso intelectual, Cristóvão Aires ficaria conhecido como historiador, prosador amador⁴ e autor de várias antologias poéticas⁵. Neste ensaio analisa-se um poema da primeira antologia que publicou, *Indianas e Portuguesas: 1870-1875* (publicada em 1879), época em que Cristóvão Aires seguia os padrões literários então em voga, escrevendo, tal como os seus contemporâneos, poesia que seguia parâmetros revivalistas da história e tradições indianas. Para além de ser a moda literária da época, a poesia *indianista*, de “sabor

² Agradeço também a Luís Cabral a disponibilização de bibliografia e os seus construtivos comentários no sentido de se explicitar o complexo quadro identitário que subjaz à sociedade goesa. No mesmo sentido apontaram as generosas sugestões do colega Hélder Garmes.

³ Por Bardês (Goa), Portalegre (Portugal) e Ilhas (Goa).

⁴ *Lentejoulas. Contos.* (1890) Lisboa: Imprensa Nacional; *Longínquas. Fantasias Orientais.* (1891) Lisboa: Imprensa Nacional.

⁵ *Indianas e Portuguesas: 1870-1875* (1879, segunda edição 1881); *Novos Horizontes: 1875-1881* (1882), *Íntimas* (1884, segunda edição 1889); *Anoitecer. Versos.* (1912) e *Cinzas ao Vento* (1921).

exótico”, era recebida com agrado pelo público português, e a questão de se explorar motivos *indianistas* como princípio criativo pode cair nesta duplicidade ambígua: tanto pode ser um poderoso e elegante meio para afirmar a alteridade cultural da Índia, reforçando-se internacionalmente o seu valor civilizacional face às influências ocidentais (e por isso é importante que esta temática fosse glosada por uma literatura que não se escreveu numa língua indiana, que seria apenas para consumo interno do sub-continente) como, por outro lado, se pode cultivar esta mesma orientação literária com o mero intuito de explorar o exótico como fórmula de sucesso. Esta duplicidade, problemática para sustentar uma teoria universal, resolve-se caso a caso, sem qualquer tensão, pois este movimento cultural existiu, era moda, era popular, e cada autor contribuiu para este sistema literário o que quis, até onde quis.

Para o presente estudo, escolheu-se um poema claramente comprometido com a afirmação do valor da civilização indiana por comparação com as intenções predadoras do projecto de expansão colonial europeia, e é nessa medida que esta composição é aqui citada como exemplo emblemático de poesia *indianista*. Vejamos então o poema *Theatro Primitivo* de Cristóvão Aires, publicado na antologia *Indianas e Portuguesas* (1879, 1881⁶). A leitura das duas primeiras estrofes⁷ será suficiente para se invocar uma atmosfera e um cenário que se reconhecem como orientais:

Teatro Primitivo
(Shacuntalá)

Às lânguidas canções das indianas festas
Respondiam ao longe as murmurantes florestas;
O vento baloiçava as finas arequeiras,
E ao som do *sarangui* e do *sitar* dolente
As filhas de Vishnú, tisonadas bailadeiras,
Imitavam dançando as curvas da serpente.

Doirava do pagode os brancos alabastros
A lua, avassalando o céu crivado d’ astros.

Andavam na atmosfera uns cálidos perfumes;
E à luz d’estrelas mil brilhavam, como lumes,
Nos vermelhos turbantes,
Mesclados de rubis, as perlas e os brilhantes.

⁶ Porto: Portugueza Editora. Com dedicatória ao poeta português Tomás Ribeiro.

⁷ Em anexo, no final do artigo, encontra-se a versão integral do poema.

(Cristóvão Aires, 1881: 17)

A história de Shacuntalá faz parte do épico Mahabaratha, da tradição clássica da literatura indiana, em sânscrito. Séculos mais tarde, possivelmente⁸ no século IV A.D., o escritor Kalidasa, igualmente um dos nomes centrais no cânone da literatura indiana clássica, escreveu uma peça sobre o episódio do encontro, rejeição e reunião final entre Shacuntalá e o rei Dusyanta, mas o destino literário deste episódio épico conheceu mais versões. Ao longo dos séculos, a peça teatral relativa aos amores de Shacuntalá e do seu rei, inspirada no épico em sânscrito, tornou-se objecto de diversos espectáculos populares, e é uma destas representações de rua, à noite, que é invocada no poema de Cristóvão Aires. Descreve-se o público, a atmosfera dessa reunião popular e a sintonia entre a audiência e o texto representado. Ao ler as primeiras estrofes do poema (acima citadas), a sensação de *deja vu* no cenário que se descreve tão sumptuosamente faz com que seja impossível não recordar o *Orientalism* (1978) de Edward Said, e tudo o que nas suas páginas o autor nos ensina. Ler os ensaios de Said é perder a inocência perante a invocação do cenário das mil e uma noites que estes versos compõem, e que realmente não nos marcam pela originalidade mas antes pelo reencontro com o *glamour* cinematográfico que envolve os estereótipos ocidentais que coerente e teimosamente, há séculos, norteiam a percepção que temos do oriente. E de facto, Cristóvão Aires trás ao leitor (ocidental ou ocidentalizado, que lia em português) tudo o que se espera que o oriente seja: opulento, exótico, sensual e decadente. Mas...então se a única coisa que Cristóvão Aires faz é glosar estereótipos orientalistas como fórmula de sucesso para a sua poesia onde está o valor do *indianismo*? A questão é que no poema referido, a invocação do exótico oriental não se trata de uma representação exógena à realidade representada. Explicitemos o que queremos dizer. Graham Huggan escreveu um dos livros mais frequentemente citados sobre o exótico, *The Postcolonial Exotic, Marketing the Margins* (2001) livro com o qual discordo, excepto se nos circunscrevermos a uma visão muito parcial do lugar do exótico no âmbito do pós-colonial, isto é, relativa à literatura contemporânea em língua inglesa. No seu livro, Graham Huggan imagina que o oriente

⁸ Não se sabe exactamente em que datas viveu Kalidasa, logo, a data da sua obra só pode ser definida por aproximação, a partir de referências interna do texto e por comentários de outros autores a respeito de Kalidasa.

assume necessariamente as expectativas estereotipadas do mundo ocidental como roupagens convenientes para se vender perante outros públicos e mercados. Segundo Huggan, que mais poderia o oriente querer? Ter uma identidade própria? Definir-se para si mesmo? Não é de uma arrogância atroz acharmos que a representação do exótico por um autor goês seja feita para os nossos olhos apenas, como fórmula de sucesso comercial? Pelo contrário, Edward Said argumenta que a maior parte das noções populares e correntes que as sociedades do Ocidente têm sobre o Oriente foram criadas para promover uma ideia do Oriente como um mundo subalterno, que necessitava da ordem imposta pela colonização. Durante o colonialismo, como apontou Ania Loomba (1998, 2005), a África e as Américas foram remetidas na imprensa, nos discursos científicos e nas mentalidades então dominantes para a esfera do primitivo, mas outro discurso teve de ser inventado para diminuir as civilizações do oriente, e assim se afirmar a centralidade, normativa e absoluta, da cultura ocidental, centro hegemónico de um mundo colonial. Esta colonial construção de ideologias dominantes com legitimadoras intenções políticas – como é o caso do orientalismo – tem vindo a ser desconstruída com sucesso pelas teorias pós-coloniais. Com este quadro teórico em mente, o olhar crítico confronta-se com o exotismo que efectivamente é cultivado neste texto, mas compreendo-o para além de um contexto meramente comercial. Esta é a Índia de um autor goês, para quem as lendas indianas, a sua história, os seus deuses, as bailadeiras e as arequeiras a baloiçar ao vento são a sua realidade. Que o faça em termos poéticos ou estéticos que reconhecemos como românticos, e que ecoam outras leituras que possivelmente fizemos sobre o Oriente ou a Índia, é uma outra questão, bem mais complexa do que a visão de mercado que Huggan propõe. Na nossa opinião, a reprodução de discursos orientalistas por autores goeses representa a realidade híbrida que os formou. Afinal este grupo particular de autores goeses do início do século XX cresceu no continente indiano, viveu inserido num mundo indiano, mas lia revistas francesas e inglesas, e estava em constante contacto com a própria literatura portuguesa – esta última já de si marcada por um romantismo tardio. Quando este específico grupo de autores decidiu escrever, e por algum motivo escrevem em português e não em concani, imita padrões dos autores que leram ao longo da sua educação ocidentalizada, e que tomaram como referências de mestria de escrita. Por isso, os poetas goeses do início do século XX

ecoam referências orientalistas e expectativas populares reconhecíveis por um público popular ocidental, ávido do misterioso oriente. A diferença é que o poema citado, embora de sabor exótico, não descreve um mundo “outro”, “estrangeiro”, em relação à voz enunciativa. Pelo contrário, enquanto critica a avidez da Europa, o poeta identifica-se com os superiores valores da antiga, contemplativa e pacífica civilização indiana e esta questão é fundamental para determinar o impacto do poema. Considera-se portanto que a questão da afiliação identitária da voz poética é central para diferenciar gratuitos exotismos orientalistas de gestos que parecem revelar uma auto-afirmação da cultura local, reconciliando-se uma identidade possivelmente ocidentalizada por influência colonial com o lado indiano da sua identidade híbrida. Foi isto o que a nosso ver fizeram os autores goeses desta época, mesmo aqueles que mais tarde se afastaram de Goa: redescobriram a sua *indianidade*, e no caso presente, glosaram esta temática com um discurso que enaltece a civilização indiana. Atentemos numa outra estrofe de Cristóvão Aires:

E o auditório imenso, ouvindo aquela voz
Que faz erguer da campa a sombra dos avós,
E lhes traz à memória o seu passado egrégio,
Ao drama secular ergue um triunfo régio,
E acolhe entre ovações, e bálsamos, e flores, aquela
Nobre herança, herdada dos maiores.

(Cristóvão Áries, 1881: 20)

Curiosamente, na altura em que se publica este poema, “A Portuguesa” – hino Nacional de Portugal – ainda não havia sido composto. De facto, “A Portuguesa” é uma obra de 1890, e era um hino nacionalista associado às forças republicanas. Ora a semelhança entre certas passagens do hino⁹ de Portugal com esta estrofe particular de Cristóvão Aires é notável: ambas invocam o passado, uma memória épica, a ligação a outras respeitáveis gerações e, implicitamente a continuidade de um povo e da sua história. Esta semelhança entre dois textos próximos no tempo revela os moldes em que se verbalizava então, no final do século XIX, um discurso nacionalista, que também teria necessariamente de passar pela invocação de um espólio cultural antigo e demarcado. Em

⁹ “Entre as brumas da memória/ ó pátria sente-se a voz/ Dos teus egrégios avós” (versos de “A Portuguesa”).

consonância, sublinhe-se no poema citado a referência a uma figura chave da literatura clássica da Índia (Kalidasa, o autor da famosa peça teatral a ser representada), a descrição de uma representação do teatro popular hindu (o Nâttak) e a presença tutelar da figura de Shacuntalá, subtítulo do poema, personagem retirada do épico Mahabharata, texto essencial na definição de uma identidade hindu. A leitura deste poema implica portanto um contacto com componentes da cultura indiana, faceta que constitui um dos elementos do *indianismo*. Ao mesmo tempo, em termos temáticos, critica-se ao longo do texto a expansão colonial como uma agressão bélica, motivada pela cobiça, que veio perturbar a paz idílica em que a Índia vivia. Ao comparar desta forma, com estas conotações, os dois lados de um confronto colonial, será inegável a contribuição deste poema para o corpo de textos que nesta altura enalteceu a Índia e a sua herança histórica e cultural, consolidando-se um padrão literário que pela repetição e consonância haveria de deixar as suas marcas neste período da literatura goesa.

A fim de mapear os modos das ditas repetição e consonância voltemo-nos agora para um outro poeta da mesma altura, o poeta Mariano Gracias, que ainda é mais explícito do que Cristóvão Aires na sua intenção assertiva de auto-afirmação colectiva. Veja-se o poema intitulado *O Génio da Raça*:

O Génio da Raça

Ao sr. Doutor Gama Pinto

Os Indo-Aryas – os pais da mais natural das religiões naturais, os organizadores da mais transparente das mitologias, os inventores da mais subtil filosofia e os dadores das leis mais bem feitas.

Max Muller

Os povos da antiga Índia tinham em grande estima a verdade e a virtude.

Megástenes

Que belos tempos que não foram esses
Da velha Índia, entre canções e preces!

Tempos sagrados, simples e tão castos
Que em tudo se adorava Deus, de rastos.

Tempos de paz, de fé e pura crença,
Em que a alma de Índia era propensa

só ao Bem. Para todo o ser vivente
A alma do homem era complacente.

(Mariano Gracias, *Terra de Rajás*, 1925)

A matriz assertiva do poema é confirmada pelas duas epígrafes que apontam o reconhecimento do valor da civilização indiana por autores conceituados como Max Muller (1823-1900), a autoridade nos estudos orientalistas da Alemanha, e Megasthenes (autor grego, séculos III ou IV A.C.) que aqui representa a confirmação do valor ético da civilização indiana já no longínquo período greco-romano, o qual foi o próprio berço do mundo ocidental. Quanto ao poema, será sintomático que em termos temáticos seja uma reflexão nostálgica, em que se recorda uma perfeita Idade de Ouro da “A velha Índia”, que se adivinha uma Índia pré-colonial, pacífica e respeitadora de tudo e de todos. Se compararmos os dois poemas, o de Cristóvão Aires e o de Mariano Gracias, encontram-se ecos e afinidades temáticas que começam a dar forma ao movimento *indianista*, expressão de uma orgulhosa afiliação identitária, colectiva, ao oriente.

Considere-se agora, a fim de reforçar os argumentos desta investigação, ainda mais um exemplo de poesia *indianista*. Desta vez optamos por um excerto do poema *Vátsalá* (1939, 32 páginas), da autoria de Nascimento Mendonça:

(...)

(fala um Sadhu)

Eu sonho a Hora Suprema
Em que irei já disperso
Em ritmos de poema,
Que se chama o Universo.

Seiva ou pólen fecundo,
Meu ser, por toda a parte,
Ó Criador do Mundo!

Há-de enfim enlaçar-te.

Hei-de ver-te na fonte
Adorar-te no arroio;
Por ti serei no monte
Arbusto, trigo ou joio.

Serei na crista da onda
Espuma de oiro a flutuar
No mar, que ninguém sonda,
Um frémito de luar.

(...)

(Nascimento Mendonça, *Vátsalá*, 1939: 16, 17)

Interpretamos esta passagem de Nascimento Mendonça como uma manifesta aspiração pelo Nirvana, a integração cósmica com a divindade, que é o objectivo máximo do hinduísmo e a única forma de interromper o eterno ciclo de reencarnações. É precisamente a espiral de reencarnações que pode tornar o poeta “arbusto, trigo ou joio”, “Crista da onda” ou “frémito de luar”. Encontramos portanto na escrita de Nascimento Mendonça uma poesia que exala valores e referências hindus, marcas do mesmo *indianismo* que inspirou os outros dois poetas anteriormente considerados, na medida em que todos eles exploram nos seus temas as raízes orientais do goês.

Por fim, no caso de Paulino Dias, optou-se por citar não um poema, e muitos tem este autor que se enquadram no núcleo temático que temos vindo a explorar, mas antes o manifesto inaugural da *Revista da Índia*, projecto que encetou em 1913 com Adolfo Costa e onde se afirma numa dada passagem:

“Porque as nações modernas são francamente futuristas.

Que se tome num conjunto sintético o panorama mundial. Cada nacionalidade aparta-se num círculo de orgulho étnico ou histórico. A determinação por uma vida própria, individual, alteia como um grande sol fecundo.”

(Paulino Dias, *A Revista da Índia*, 1913: 4)

Como se pode deduzir a partir destas palavras, todo o projecto editorial de *A Revista da Índia* almejava precisamente isto, “a expressão do peito moço da Índia” que haveria de “ir aos dois Mundos (Oriente e Ocidente) dizer que é a mesma hoje, a Índia dos bardos de Aiôdia, Vedeha e Hastinapura, (...) o protótipo da literatura dos países

cultos” (1913: 6). Por outras palavras, trata-se claramente, através da literatura publicada nas páginas de *A Revista da Índia*, de dar voz e forma a um projecto de exaltação nacionalista, investindo na afirmação de uma identidade cultural particular, goesa e oriental, que reaparece em todos os exemplos acima citados. Por isso o *indianismo* da poesia goesa do início do século XX foi, para alguns autores, não só uma moda literária mas uma forma de intervenção política através de meios culturais.

A par do exaltado manifesto de Paulino Dias e das elevadas ambições literárias de *A Revista da Índia* (1913-1914), recordaria, pela continuidade com a constelação cúmplice que se tem vindo a delinear, um outro projecto editorial, mais longo e de maior fôlego: a revista *Luz do Oriente* (1907-1920), onde inclusivamente participaram Paulino Dias e Nascimento Mendonça como colaboradores regulares. Nas suas páginas publicaram-se biografias de personalidades indianas, tratados sobre a civilização hindu e um crónica mensal sobre temas como “O Hinduísmo perante a civilização moderna” ou “Oriente estacionário...Occidente progressivo!” onde se adivinha uma dissertação de teor comparativo sobre o lugar da Índia no mundo moderno.

Para concluir mencionaria o jornal *Índia Nova* (1928-1929), publicação que foi mais explícita no seu intuito de intervenção política e que tem uma relação de continuidade e diálogo com todas as outras manifestações de *indianismo* acima referidas. No seu conjunto, as obras poéticas discutidas e as mencionadas iniciativas editoriais combinam-se num coro que enaltece a identidade goesa, reafirmando a afiliação identitária ao continente indiano por parte dos goeses.

Em termos de história literária local, a posição dos poetas *indianistas* é completamente diferente daquela que caracterizou a anterior geração fundadora, a de meados de oitocentos, a qual manifestou alguma lusofilia nos seus poemas de devoção católica, de nostalgia pela grandeza imperial do passado e até nos fúteis versos românticos de imitação da mais oca literatura portuguesa. No século XIX coube sobretudo à prosa, nas vozes de Francisco Luís Gomes e Francisco João da Costa, o papel de resistir à assimilação de ideologias coloniais, criando na sua escrita um espaço alternativo de reflexão crítica. Aconteceu precisamente o inverso com a geração do início do século XX, pois a prosa assumiu então um papel muito mais inócuo, por exemplo nos contos de José da Silva Coelho, e seriam os poetas *indianistas* os autores mais

interventivos, talvez por se sentirem confiantes na possibilidade de reformas políticas por influência do liberalismo e da implantação da República em 1910. Com o fim do jornal *Índia Nova* em 1929, e com a morte de Mariano Gracias em 1931 fechou-se o ciclo. O irreductível Estado Novo silenciaria efectivamente a vertente activista da literatura goesa, mas, ironia do destino, Goa foi, mesmo assim, a primeira colónia portuguesa a libertar-se das malhas do império. Só lamentamos que tivesse de ser através da guerra e não por via diplomática como aconteceu com os casos do colonialismo inglês e francês na Índia.

Nota: a grafia dos poemas citados foi actualizada.

E n'este vasto chão, que o mogarim alastra,
Por momentos se cala a voz do Darmachastra.

No entanto, manso e manso, a noite caminhava;
E enquanto no poente a lua declinava,
Abandonando a selva, as várzeas e os palmares,
Sucediã á prece os lânguidos cantares.

No matizado chão, juncado de mil flores,
Faziam tilintar os seus anéis de prata,
Uns pés trigueiros, nus; e a multidão sensata
Admirava em silêncio os gestos sedutores,
Os requebros gentis, e as vozes feiticeiras
Que exibiam, dançando, as frescas bailadeiras.

Viam-se reflectir em todos os olhares
A alegria infantil, os sustos e os pesares,
O poema indeciso
Que ora alenta e vigora, ora entristece e rala
A triste Shacuntalá.

Chora-se com o seu pranto, e ri-se com o seu riso,
E todo olhar que sonda aquele coração
Encontra, fascinado, um casto paraíso
Envolto pelo sol n'um celestial clarão.
Segue-se o riso ao pranto, à égloga a tragédia,
Ao quadro panteísta,
Onde o espírito exulta e onde se expande a vista,
A pungitiva cena, e as fundas agonias.

Que alegres sensações, que tristes agonias!

E essa pobre mulher sorrindo e soluçando
À provocante luz dos astros e dos lumes,
Deixa exalar da voz uns célios perfumes,
Como o entreabrir-se a flor quando o sol vem raiando.

E o auditório imenso, ouvindo aquela voz
Que faz erguer da campã a sombra dos avós,
E lhes traz à memória o seu passado egrégio,
Ao drama secular ergue um triunfo régio,
E acolhe entre ovações, e bálsamos, e flores, aquela
Nobre herança, herdada dos maiores.

A Lua vai descendo os plainos do poente,
E inda de estrelas mil a esteira luminosa
No transparente azul se esvai suavemente;
E já a flor, abrindo a pétala olorosa,
Namora, saturando o perfume ambiente,
A argêntea luz que inunda a selva rumorosa.

N' isto, súbito o sol irrompe no Levante,
Qual carbúnculo enorme aceso e cintilante.

(Cristóvão Aires, *Indianas e Portuguesas*, 1881: 17- 20)

Obras Citadas:

AIRES, Cristóvão, (1879, 1881) *Indianas e Portuguesas: 1870-1875*, Porto: Portugueza Editora.

DIAS, Paulino, “Manifesto” in REVISTA DA ÍNDIA, 1913, Nova Goa: Fortunato de Bragança.

GRACIAS, Mariano (1925), *Terra de Rajás*, Bombaim: Casa Editora.

MENDONÇA, Nascimento (1939) *Vátsalá*, Bastorá: Tipografia Rangel.

ILUSTRAÇÃO GOANA (1864-1866), revista mensal, antologia dos dois anos em volume único. Director: J. Gonçalves, colaboradores vários, Margão: Typografia do Ultramar.

ÍNDIA NOVA, JORNAL DE EXPANSÃO DA CULTURA INDIANA, (1928-1929), directores: Adeodato Barreto, José Teles e Telo de Mascarenhas, Coimbra : Empresa da Índia Nova.

LUZ DO ORIENTE (1907-1920), revista mensal, director: Ramachandra P. Waidya, Goa, Pondá: Tipografia Xri Atmarama.

Bibliografia secundária:

COSTA, Aleixo Manuel da, *Diccionario de Literatura Goesa*, Fundação Oriente e Instituto Cultural de Macau (Vol. I, II, III), s/d.

COSTA, Francisco João da [1º edição 1896, 2º edição 1907], (1974), *Jacob e Dulce, Scenas da Vida Indiana*, 3º edição, Pangim, Goa: Tipografia Sadananda.

CUNHA, António Maria da (1923) “A evolução do jornalismo na Índia Portuguesa” in *A Índia Portuguesa*, vol. II, Nova Goa: Imprensa Nacional.

DEVI, Vimala e SEABRA, Manuel de (1971), *A Literatura Indo-portuguesa*, Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

GARMES, Hélder (2004), *Oriente, Engenho e Arte*, VIA ATLÂNTIDA, nº 7, 2004, São Paulo. Alameda.

GOMES, Francisco Luís, *Os Brahamanes* (1866), Lisboa: Typografia da Gazeta de Portugal.

GRAHAM, Huggan (2001), *The Postcolonial Exotic: Marketing the Margins*, London and New York: Routledge.

LOBO, Sandra Ataíde, “Índia Nova: nacionalismo, e cosmopolitismo num jornal académico”, in *CULTURA*, vol. 26/2009, II série, pp: 231-258.

_____, “O reencontro da indianidade: o nacionalismo goês nos anos 20” (manuscrito cedido pela autora).

LOOMBA, Ania (1998), *Colonialism/Postcolonialism*, London and New York: Routledge.

OLIVEIRA, Luís Cabral de (2001) "Raízes & Memórias", nº 27, ed. da Associação Portuguesa de Genealogia, 2011.

SAID, Edward W. [1978] (1985), *Orientalism*, Harmondsworth: Penguin.